

Objeto: Registro de Preços a aquisição de álcool em gel e sabonete líquido (dispensadores em regime de comodato), destinado a atender a demanda do Município de Belo Horizonte.

Prazo de Vigência: Terá vigência de 12 (doze) meses a partir da publicação do seu resumo no DOM. Valor: R\$860.785,92.

Assinatura em: 23/10/2020.

Retificação do Extrato da Ata de Registro de Preços publicado no DOM em 24 de outubro de 2020, para inclusão do Instrumento Jurídico

Processo: 04.000212.20.56

Órgão Gerenciador: Município de Belo Horizonte | Secretaria Municipal de Saúde

Instrumento Jurídico: 01.2020.2302.0376.00.00

Fornecedor: INDALABOR INDAIÁ LABORATÓRIO FARMACÊUTICO LTDA.

Objeto: Registro de Preços a aquisição de álcool em gel e sabonete líquido (dispensadores em regime de comodato), destinado a atender a demanda do Município de Belo Horizonte.

Prazo de Vigência: Terá vigência de 12 (doze) meses a partir da publicação do seu resumo no DOM. Valor: R\$3.544.319,40.

Assinatura em: 23/10/2020.

Retificação do Extrato do Contrato publicado no DOM em 27 de outubro de 2020, para inclusão do Instrumento Jurídico

Processo de Contratação: 01.075244.20.71

Processo Licitatório: 04.000295.20.83

Instrumento Jurídico: 01.2020.2302.0377.00.00

Contratante: Município de Belo Horizonte | Secretaria Municipal de Saúde

Contratada: SERQUIP - TRATAMENTO DE RESÍDUOS MG LTDA.

Objeto: A prestação de Serviços de Coleta e Transporte. Destinação (Tratamento mais Disposição final dos resíduos de saúde do (s) Grupo (s) A/E e B, conforme descrições e quantidades estimadas constantes nos anexos do presente instrumento.

Prazo de Vigência: Será 12 (doze) meses, com início a partir da data de sua assinatura.

Valor: O valor global do presente contrato é de R\$2.411.031,09; sendo a massa total a ser coletada para o Lote 1 (resíduos grupo A e E) 1.466.730 kg, custando R\$ 1,59/kg. E para o Lote 2 (resíduos grupo B), 33.303,96 kg, custando R\$ 2,37/Kg. Assinatura em: 26/10/2020.

Retificação do Extrato da Ata de Registro de Preços publicado no DOM em 30 de outubro de 2020, para inclusão do Instrumento Jurídico

Processo: 04.000212.20.56

Órgão Gerenciador: Município de Belo Horizonte | Secretaria Municipal de Saúde

Instrumento Jurídico: 01.2020.2302.0373.00.00

Fornecedor: UNIJOHNSISTEMAS DE LIMPEZA LTDA - EPP.

Objeto: Registro de Preços a aquisição de álcool em gel e sabonete líquido (dispensadores em regime de comodato), destinado a atender a demanda do Município de Belo Horizonte.

Prazo de Vigência: Terá vigência de 12 (doze) meses a partir da publicação do seu resumo no DOM. Valor: R\$441.600,00.

Assinatura em: 27/10/2020.

Jackson Machado Pinto
Secretário Municipal de Saúde

Hospital Metropolitano
Odilon Behrens

EXTRATO DE RECEBIMENTO DE DOAÇÃO

Processo nº 02-63/2020

O HOSPITAL METROPOLITANO ODILON BEHRENS, Autarquia Municipal, inscrito no CNPJ sob o nº 16.692.121/0001-81, com sede na Rua Formiga nº 50, Bairro São Cristóvão, Belo Horizonte/MG, representado neste ato por seu Superintendente, Dr. Danilo Borges Matias, neste ato denominado DONATÁRIO, recebe em DOAÇÃO, por liberalidade do MINISTÉRIO DA SAÚDE via SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE BELO HORIZONTE, neste ato denominado DOADOR, os bens abaixo discriminados:

Nº	Produto	Marca	Quant.	Valor
1	Ventiladores mecânicos	Vyaire LTV 1200	18	R\$ 1.101.348,10

Por ser verdade, firmo o presente termo e determino a devida publicidade, registro do patrimônio e posterior arquivamento dos autos.

Belo Horizonte, 19 de outubro de 2020

Daniilo Borges Matias
Superintendente

EXTRATO DE RECEBIMENTO DE DOAÇÃO

Processo nº 08-06/2017

Objeto: Recebimento de doação do objeto abaixo discriminado:

Descrição	Quantidade
Peat – Automático – AccuScreen TE+DP+ABR, no valor de R\$37.000,00 (trinta e sete mil reais), conforme Nota Fiscal 103490 - para incremento dos procedimentos realizados no Serviço de Audiologia do HOB, atendendo as recomendações do Programa Estadual de Saúde Auditivo	01 (um)

Doador: SECRETARIA ESTADUAL DE SAÚDE DE MINAS GERAIS

Donatário: HOSPITAL METROPOLITANO ODILON BEHRENS

Data de assinatura: 30 de junho de 2017

Daniilo Borges Matias
Superintendente

EXTRATO DE RECEBIMENTO DE DOAÇÃO

Processo nº 08-19/2020

Objeto: Recebimento de doação do equipamento abaixo discriminado:

Nº	Produto	Marca	Quant.	Valor
1	Micro ondas Panasonic 21L, branco NN-ST27JWRUN 110v	Vyaire LTV 1200	1	R\$ 419,99

Doador: ALÉXIA LUCIANA FERREIRA

Donatário: HOSPITAL METROPOLITANO ODILON BEHRENS

Belo Horizonte, 13 de outubro de 2020

Daniilo Borges Matias
Superintendente

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO HOSPITAL METROPOLITANO ODILON BEHRENS EDITAL Nº 057/2020

O HOSPITAL METROPOLITANO ODILON BEHRENS – HOB, Autarquia Municipal, estabelecida nesta capital, na Rua Formiga, nº 50, Bairro São Cristóvão, por meio de seu Superintendente, faz saber que realizará Processo Seletivo Simplificado, para contratação de pessoal por tempo determinado e formação de cadastro reserva, de profissional Assistente Social, para cobertura de licenças médicas, férias e outros afastamentos legais de servidores, bem como substituição de outros contratos por tempo determinado em caso de rescisão ou expiração do prazo contratual, para atuação no complexo do HOB, por prazo determinado, tendo como fundamento o inciso IX, do art. 37, da Constituição Federal de 1988, a Lei Municipal nº 11.175, de 25 de junho de 2019 e demais normas pertinentes, e conforme as condições estabelecidas neste Edital:

1. DO OBJETO

1.1. Constitui objeto do presente Edital a seleção simplificada de profissional Assistente Social para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público do HOB, nos termos estabelecidos na legislação aplicável.

1.2. As pessoas físicas poderão participar da seleção, mediante cumprimento das condições apresentadas no presente Edital.

1.3. A presente seleção visa à contratação temporária de profissionais para cobertura de licenças médicas, férias e outros afastamentos legais de servidores, suprir novos postos de trabalho, bem como substituição de outros contratos temporários em caso de rescisão ou expiração do prazo contratual.

1.4. A vigência do contrato será de acordo com o artigo 4º da Lei Municipal nº 11.175, de 25 de junho de 2019, podendo ser prorrogado por uma vez, por igual período, a critério do HOB, observado o limite máximo de prorrogações estabelecidas na mesma lei.

2. PROCESSO DE SELEÇÃO SIMPLIFICADO

2.1. A seleção das pessoas físicas dar-se-á em uma única etapa Eliminatória e Classificatória.

3. DAS CONDIÇÕES PARA HABILITAÇÃO

3.1. Para participar desta seleção, o candidato deverá possuir a formação, habilitação e experiência mínima exigida, conforme abaixo:

3.1.1. Possuir nível superior de Serviço Social.

3.1.2. Estar habilitado pelo Conselho de Classe para exercer a função (Conselho Regional de Serviço Social – CRESS).

3.1.3. Possuir experiência profissional comprovada em área assistencial de no mínimo 6 meses OU estágio comprovado em área assistencial de no mínimo 6 meses em Instituição Hospitalar OU conclusão de Programa de Residência Multiprofissional na área de Serviço Social.

4. DA INSCRIÇÃO

4.1 As inscrições deverão ser feitas pessoalmente, ou através de procurador, no prazo de até 10 (dez) dias úteis, subsequentes à publicação deste Edital, exclusivamente no horário de 08:00 às 16:00 horas no Hospital Metropolitano Odilon Behrens - Gerência de Pessoas e do Trabalho – Anexo Administrativo, sito na Av. José Bonifácio s/n Bairro São Cristóvão – BH/MG.

4.2. A HABILITAÇÃO e CLASSIFICAÇÃO TÉCNICA consistirão na avaliação da documentação do candidato, a qual deverá ser apresentada em envelope opaco, contendo em sua face frontal as informações abaixo:

Processo Seletivo Simplificado N.º 057/2020
HOSPITAL METROPOLITANO ODILON BEHRENS

Assistente Social

Nome Completo do Candidato

4.3. A documentação a ser apresentada pelo candidato no ato da inscrição é a seguinte:

a) Ficha de Inscrição devidamente preenchida com os dados pessoais e profissionais do candidato conforme Anexo I deste Edital.

b) Cópia do registro profissional de Assistente Social – CRESS.

c) Currículo atualizado, informando o período de experiência profissional, área de atuação e Instituições nas quais trabalhou.

d) Declaração, sob as penas da lei, de próprio punho de que não tem pendências administrativas para com o Hospital Metropolitano Odilon Behrens.

e) Comprovante da experiência mínima exigida no subitem 3.1.3. do edital, que deverá atender no que diz respeito à forma de apresentação às especificações do subitem 6.1 deste Edital.

4.3.1. Para fins de contagem de tempo de experiência profissional referente ao Complexo HOB, ficam isentos de apresentação de declaração, citada no subitem 5, candidatos que trabalharam ou trabalham na instituição, desde que o tempo trabalhado seja informado no currículo.

4.3.2. O tempo informado no subitem anterior será conferido pelo Serviço de Processamento da Folha de Pagamento - SEFOP. Havendo divergências entre o tempo informado pelo candidato e o tempo conferido pela SEFOP prevalecerá o último.

4.4. A pessoa física interessada em participar da seleção será responsável por todas as informações prestadas no preenchimento da Ficha de Inscrição (Anexo I deste edital), sujeitando-se, no caso de inveracidade das informações ali constantes, às devidas sanções legais, inclusive à rescisão do Contrato Administrativo de Prestação de Serviços, no caso de aprovação e contratação.

4.5. A participação nesta seleção importa total, irrevogável e irretirável submissão da pessoa física interessada às condições deste Edital, bem como as estabelecidas no contrato administrativo a ser firmado.

4.6. Será de responsabilidade exclusiva do candidato ou de seu procurador a entrega da documentação citada no subitem 4.3, não sendo aceitas inscrições e envelopes fora do prazo e local estabelecidos no subitem 4.1.

4.7. A procuração deverá ser instituída para este fim e apresentada no momento da entrega do envelope.

4.8. A documentação apresentada pelos candidatos no Processo Seletivo Simplificado, não será devolvida em nenhuma hipótese.

5. DA COMPROVAÇÃO DE TÍTULOS

TÍTULOS	DESCRIÇÃO	PONTUAÇÃO
Tempo de experiência profissional comprovada como Assistente Social em área assistencial ou estágio curricular/extracurricular comprovado em área assistencial em Instituição Hospitalar.	Experiência no complexo HOB.	10 (dez) pontos a cada 30 dias de experiência.
	Acima de 02 (dois) anos completos de experiência.	30 (trinta) pontos
	De 01 (um) a 2 (dois) anos completos de experiência.	20 (vinte) pontos
	De 6 (seis) meses a 01 (um) ano completo de experiência.	10 (dez) pontos
Especialização lato sensu, com duração igual ou superior a 360 (trezentas e sessenta) horas, na área de Serviço Social e Saúde, ministrada por instituições reconhecidas pelo Ministério da Educação.	Máximo de 02 (duas) Especializações em áreas relacionadas à assistência nas Unidades do HOB	20 (vinte) pontos
Especialização lato sensu, com duração igual ou superior a 360 (trezentas e sessenta) horas, com ênfase em outras áreas das Ciências Sociais, ministrada por instituições reconhecidas pelo Ministério da Educação.		10 (dez) pontos
Mestrado, na área de atuação, realizado em instituição de ensino reconhecida pelo Ministério da Educação...		30 (trinta) pontos
Doutorado, na área de atuação, realizado em instituição de ensino reconhecida pelo Ministério da Educação.		30 (trinta) pontos
Curso de Residência Multiprofissional em Saúde com ênfase na área estabelecida neste edital/Serviço Social ministrado por hospital de ensino ou instituição de ensino superior, ambos reconhecidos pelo Ministério da Educação.		30 (trinta) pontos

6. DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS TÍTULOS

6.1. A comprovação da experiência profissional apresentada pelos candidatos será utilizada para pontuação na prova de títulos, devendo ser entregue pelo candidato no ato da inscrição, dentro do prazo estipulado no item 4.1 deste edital, obedecendo aos critérios abaixo estabelecidos para cada tipo de vínculo:

• No caso de ESTÁGIO:

- Apresentar declaração de estágio emitida por Instituição Hospitalar, em papel timbrado e assinada pelo empregador, que informe o período (com início e fim, se for o caso) com a descrição das atividades desenvolvidas.

• No caso de RESIDÊNCIA MULTIPROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL:

- Apresentar fotocópia do certificado ou declaração de conclusão (frente e verso) expedida por hospital de ensino ou instituição de ensino superior, ambos reconhecidos pelo MEC, com indicação da carga horária e dos conteúdos ministrados.

• No caso de serviço prestado na ÁREA PRIVADA:

- Apresentar cópias das folhas de Qualificação Civil (frente e verso) e folhas de Contrato(s) de Trabalho da Carteira de Trabalho (CTPS) acrescida de uma declaração em papel timbrado da empresa informando a qua-

licitação do candidato, o nome completo, a função desempenhada, área de atuação e o respectivo período trabalhado declaração.

• No caso de serviço prestado na ÁREA PÚBLICA:
- Apresentar certidão ou declaração em papel timbrado e assinada pelo órgão responsável que informe a função desempenhada o período (com início e fim, se for o caso) e a espécie do serviço realizado, com a descrição das atividades desenvolvidas.

• No caso de serviço prestado como AUTÔNOMO:
- Cópia da Guia da Previdência Social (GPS), Cópia do Contrato Social da Empresa devidamente registrado na junta comercial (quando o candidato for proprietário) ou Cópia do contrato de prestação de serviços, acrescido de declaração que informe o período (com início e fim, se for o caso) e a espécie do serviço realizado ou Cópia do Recibo de Pagamento de Autônomo (RPA), acrescido de declaração em papel timbrado e devidamente assinada que informe o período (com início e fim, se for o caso) e a descrição das atividades realizadas.

7. DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

Em caso de empate, para fins de classificação, serão adotados os seguintes Critérios de Desempate, de acordo com a ordem abaixo:

- 1º Critério – Residência Multiprofissional em Saúde com ênfase na área estabelecida neste edital/ Serviço Social.
- 2º Critério – Maior tempo de experiência profissional comprovada na área da saúde.
- 3º Critério – Maior idade.

8. DA PUBLICAÇÃO DO RESULTADO E DOS RECURSOS

8.1. O Resultado do processo seletivo será publicado no Diário Oficial do Município – DOM, no qual serão informados os nomes dos candidatos em ordem decrescente das notas de classificação.
8.2. Do Resultado do processo seletivo caberá recurso devidamente fundamentado no prazo de 02 (dois) dias úteis subsequentes à sua publicação no Diário Oficial do Município – DOM.
8.3. Os recursos deverão ser entregues pessoalmente ou por intermédio de procurador, na Gerência de Pessoas e do Trabalho – Anexo Administrativo, sito na Av. José Bonifácio s/n.º, Bairro São Cristóvão – BH/MG, exclusivamente no horário de 08:00 às 16:00, em envelope lacrado, no período recursal, contendo externamente em sua face frontal, os seguintes dados:

Recurso
Processo Seletivo Simplificado – Edital 057/2020 Hospital Metropolitan Odilon Behrens
Nome completo e identidade

8.4. A Gerência de Pessoas e do Trabalho - GPET emitirá ata da reunião em que se efetuar a avaliação dos recursos dos candidatos, relatando na mesma todos os procedimentos efetuados, indicando os nomes completos dos candidatos que tiveram seus recursos deferidos e daqueles cujos recursos foram indeferidos, com a devida motivação. A referida ata será assinada pelos servidores responsáveis pela avaliação juntamente com a Gerente da GPET ficando arquivada naquela Gerência.
8.5. O Resultado Final do julgamento dos recursos e o Resultado Final do processo seletivo, do qual não caberá mais recurso, serão publicados no Diário Oficial do Município – DOM.

9. DA CONTRATAÇÃO ADMINISTRATIVA

9.1. A contratação pelo Hospital Metropolitan Odilon Behrens dar-se-á segundo a necessidade da Administração Pública, obedecendo estritamente a ordem de classificação deste Processo Seletivo Simplificado, observando as disposições do item 3 e seu subitem, sendo que a convocação para Contratação Administrativa dar-se-á por publicação no Diário Oficial do Município – DOM.
9.1.1. O candidato convocado deverá comparecer a Gerência de Pessoas e do Trabalho, situada na Avenida José Bonifácio, s/n.º, bairro São Cristóvão – Belo Horizonte, no prazo de 02 (dois) dias úteis subsequentes à publicação da convocação administrativa no Diário Oficial do Município - DOM, no horário de 08:00 às 15:00, para contratação através de contrato administrativo, nos termos do objeto do Edital, portando os originais e cópias legíveis ou fotocópias autenticadas em cartório de todos os documentos abaixo discriminados:

- a) Carteira de Identidade;
- b) Carteira de Trabalho (folha que consta o retrato – frente e verso);
- c) CPF;
- d) Título Eleitoral e comprovante de última votação (ou certidão de quitação eleitoral);
- e) Certidão de Nascimento/Casamento/Divórcio;
- f) Certidão de Nascimento para dependentes menores de 18 anos;
- g) CPF para dependentes do imposto de renda;
- h) Certificado de Reservista (para candidatos do sexo masculino);
- i) Registro Profissional de Assistente Social (CRESS);
- j) Certidão de legalidade (habilitação) ao exercício da profissão, junto ao Conselho de Classe (CRESS) dentro da validade especificada pelo mesmo;
- k) Comprovante de endereço recente em seu nome, com CEP (conta telefônica, água, luz ou correspondência bancária);
- l) 2 fotos 3x4 recentes coloridas;
- m) PIS/PASEP;
- n) Cópia do diploma ou declaração de conclusão do curso de Serviço Social, ambos emitidos por instituição de ensino credenciada pelo MEC;
- o) Certidão negativa original de antecedentes criminais expedida pela Secretaria de Segurança Pública Estadual, disponível no site: <https://www.policiacivil.mg.gov.br/servico>;
- p) Cartão de vacina atualizado.

9.1.2. O não comparecimento do candidato no prazo estabelecido no subitem 10.1.1, implicará na desistência do candidato convocado para a respectiva contratação.
9.2. É de total responsabilidade do candidato o acompanhamento de todos os atos publicados referentes ao Processo Seletivo Simplificado, no Diário Oficial do Município – DOM, através do site www.pbh.gov.br, no link “Diário Oficial”, não cabendo ao HOB qualquer comunicação por outros meios (via e-mail, fax, telegrama, etc.).
9.3. Decairá do direito de contratação o candidato que:

- a) Não atender ao prazo de convocação para a contratação estabelecido no ato de convocação para contratação administrativa no Diário Oficial do Município – DOM;
- b) Não apresentar documentação completa para contratação;
- c) Possuir débito não quitado com o Hospital Metropolitan Odilon Behrens;
- d) Estar inscrito na Dívida Ativa do Município;
- e) Ter sido apurada, nos últimos 5 (cinco) anos, conduta incompatível do candidato com os deveres estabelecidos na legislação municipal, Código de Ética do Servidor Público do Município de Belo Horizonte, normas internas do Hospital Metropolitan Odilon Behrens - HOB, normas que regem a atuação profissional, resultando em rescisão unilateral antecipada do contrato pelo contratante e/ou aplicação da suspensão do direito de contratar com o HOB;
- f) Esteja respondendo a Processo Administrativo Disciplinar junto à Subcontroladoria de Correição – SUCOR.

a) Não atender ao prazo de convocação para a contratação estabelecido no ato de convocação para contratação administrativa no Diário Oficial do Município – DOM;

Parágrafo Único - Nestes casos, será convocado o próximo candidato, observando-se estritamente a ordem de classificação.

9.4. Os documentos abaixo citados deverão ser apresentados para a contratação administrativa, após o atendimento pelo candidato à convocação prevista no subitem 10.1.1:

- a) Comprovante de abertura de conta salário no Banco do Bradesco;
- b) Resultados dos exames laboratoriais às expensas do HOB;
- c) Atestado de Saúde Ocupacional, emitido por profissional médico do trabalho, desde que no Laudo de Saúde Ocupacional conste como contratante o Hospital Metropolitan Odilon Behrens, e esteja indicada a função a ser exercida e conste a aptidão para a função.

9.5. O Atestado de Saúde Ocupacional será realizado às expensas dos candidatos.
Parágrafo único – O processo de admissão observará o Decreto Nº 16.907, de 16 de maio de 2018.

10. DA VIGÊNCIA DO PROCESSO SELETIVO

A presente seleção terá vigência de 01 (um) ano, a contar da data de publicação do resultado final deste processo seletivo, prorrogável de acordo com a necessidade do HOB, observada a legislação vigente.

11. DA REMUNERAÇÃO E CARGA HORÁRIA

11.1. Cargo: Técnico Superior de Saúde - Categoria Profissional: Assistente Social - 30 (trinta) horas semanais.
11.1.1: Padrão de Urgência I: 2.123,91 (Dois mil, cento e vinte e três reais e noventa e um centavos).
11.1.2: Padrão de Urgência II: 1.982,32 (Um mil,

novecentos e oitenta e dois reais e trinta e dois centavos).
11.1.3: Padrão de Urgência III: 1.849,65 (Um mil, oitocentos e quarenta e nove reais e sessenta e cinco centavos).
11.1.4: Padrão de Urgência IV: 1.779,49 (Um mil, setecentos e setenta e nove reais e quarenta e nove centavos).

Parágrafo único - Os valores inicialmente contratados receberão, excepcionalmente, exclusivamente para atendimento à Situação de Emergência em Saúde Pública, com vistas ao atendimento do interesse público decorrente de situação sem precedentes causada pelo Coronavírus - COVID-19, uma bonificação, TEMPORARIAMENTE, no valor correspondente ao nível I da carreira do cargo efetivo, acrescido do valor do abono de urgência correspondente, de acordo com o setor em que o profissional for exercer suas atividades:

PADRÃO I: Gerência Pronto Socorro, Pronto Atendimento, Unidade de Emergência, Bloco Cirúrgico Urgência, Bloco Obstétrico: 30 (trinta) horas semanais: R\$ 2.162,29 (dois mil cento e sessenta e dois reais e nove centavos);

PADRÃO II: CTI Adulto, CTI Pediátrico, CTI Neonatal, Unidade Neonatal, Bloco Cirúrgico Eletivo, Laboratório, Unidades de Diagnóstico por Imagem: 30 (trinta) horas semanais: R\$ 1.828,20 (mil oitocentos e vinte e oito reais e vinte centavos).

PADRÃO III: Unidades de Clínica Médica, Cirúrgica, Maternidade, Farmácia, CME: 30 (trinta) horas semanais: R\$ 1.723,02 (mil setecentos e vinte e três reais e dois centavos).

PADRÃO IV: Ambulatório: 30 (trinta) horas semanais: R\$ 1.616,18 (mil seiscentos e dezesseis reais e dezito centavos).

11.2. Ocorrendo por necessidade imperiosa, a prestação de serviço por horário que ultrapasse a jornada mensal, o Hospital poderá, a seu critério, optar por dar folga compensatória dentro de sua disponibilidade ou pagar proporcionalmente as horas trabalhadas a mais tomando como base a remuneração contratada.

12. DA LOTAÇÃO

12.1. Complexo HOSPITAL METROPOLITANO ODILON BEHRENS/Sede - Rua Formiga, nº 50 - Bairro São Cristóvão.

12.1. UNIDADE HOSPITAL NOSSA SENHORA APARECIDA - Rua Joaquim Gouvêa, 560 - Bairro São Paulo;

13. DISPOSIÇÕES FINAIS

A seleção das pessoas físicas participantes não envolve qualquer compromisso de contratação por parte do Hospital Metropolitan Odilon Behrens, importando, entretanto, por parte dos interessados, irrestrita e irrevogável aceitação dos termos e condições deste Edital e a obrigação de cumprir com os termos estabelecidos na futura contratação, se houver.

Belo Horizonte, 29 de outubro de 2020

Daniilo Borges Matias
Superintendente

ANEXO I
FICHA DE INSCRIÇÃO-EDITAL 057/2020 - ASSISTENTE SOCIAL

1. Dados do Candidato:

Nome Completo	
Carteira de Identidade	
Telefones: Residencial / Cel.	
E-mail	

2. Documentos apresentados para HABILITAÇÃO, conforme edital:

Documentação	Consta
Cópia do registro profissional no órgão da categoria (CRESS).	() sim () não
Currículo atualizado	() sim () não
Declaração, sob as penas da lei, de próprio punho de que não tem pendências administrativas para com o Hospital Metropolitan Odilon Behrens.	() sim () não
Comprovante de experiência, conforme edital.	() sim () não
Certificado ou declaração de conclusão da Residência Multiprofissional em Serviço Social	() sim () não

3. Tempo de Experiência comprovada como Assistente Social / Estágio conforme edital:

Nº	Instituição	Período Trabalhado
		___/___/___ a ___/___/___
		___/___/___ a ___/___/___
		___/___/___ a ___/___/___

Assinatura do Candidato: _____

Data: ___/___/___

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO – EDITAL 057/2020 – ASSISTENTE SOCIAL

NOME DO CANDIDATO	
PROCURADOR	
DATA	RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO NA GPET

Assinatura do Candidato: _____

Data: ___/___/___

ANEXO III

CONTRATO ADMINISTRATIVO QUE ENTRE SI CELEBRAM O HOSPITAL METROPOLITANO ODILON BEHRENS COMO CONTRATANTE, E COMO CONTRATADO (A) O PROFISSIONAL ABAIXO ESPECIFICADO, ORA SIGNATÁRIO, NOS TERMOS DO ART. 37, INCISO IX DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 E DA LEI MUNICIPAL Nº 11.175 DE 25 DE JUNHO DE 2019.

O Hospital Metropolitano Odilon Behrens – HOB, com sede na Rua Formiga nº50, Bairro São Cristóvão, em Belo Horizonte MG, inscrito no CNPJ sob nº 16.692.121/0001-81, Isento de Inscrição Municipal, neste ato representado pelo seu Superintendente, Dr. Danilo Borges Matias, aqui denominado CONTRATANTE, tendo em vista o art. 37, inciso IX da CF/1988 e a Lei Municipal nº 11.175 de 25 de junho de 2019, e «NOME», DATA NASCIMENTO: «DT_NASC», de nacionalidade «NACIONALIDADE», estado civil, «EST_CIVIL», função «FUNCAO», CPF «CPF», Identidade profissional nº «REG_PROF», PIS/PASEP: «PISPASEP», residente à «ENDERECO», nº «N_COMP», Bairro «BAIRRO», CEP «CEP», «CIDADE» - MG, TELEFONES DE CONTATO: «TEL», aqui denominado (a) CONTRATADO (A) resolvem celebrar o presente Contrato Administrativo, de acordo com as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente Contrato Administrativo tem por objeto a prestação de serviços do (a) CONTRATADO(A) à CONTRATANTE, no âmbito do Hospital Metropolitano Odilon Behrens ou em suas unidades externas, nos termos deste contrato e seu anexo, consubstanciado no Edital de Processo Seletivo nº ____/2019.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS DADOS DO CONTRATADO (A)

2.1. O CONTRATADO(A) deverá preencher a Ficha de Dados Cadastrais junto ao Serviço de Processamento da Folha de Pagamento do HOB - SEFOP, se responsabilizando à atualizar os dados sempre que houver qualquer alteração nos dados fornecidos.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA JORNADA DE TRABALHO

3.1. A jornada de trabalho do (a) CONTRATADO (A) será de até «HORAS_MENSAIS» («EXTENSO_HM») HORAS MENSAIS, distribuída em PLANTÕES OU JORNADA DIÁRIA, de acordo com a conveniência do Hospital Metropolitano Odilon Behrens.

3.2. Caso o contratado não cumpra a jornada de trabalho determinada neste Contrato, serão descontados os valores correspondentes às horas faltosas, independentemente da aplicação de outras sanções disciplinares.

3.3. Ocorrendo a prestação de serviço do(a) CONTRATADO(A) por horário que ultrapasse a jornada de trabalho mensal, por necessidade imperiosa da Administração, o CONTRATANTE poderá, a seu critério, optar por conceder folga compensatória, dentro da disponibilidade da Administração, ou pagar proporcionalmente, as horas trabalhadas a mais, tomando por base a remuneração contratada.

3.4. Será devido ao CONTRATADO (A) a remuneração das horas excedentes, como hora-extra, nos termos do § 3º, do art. 39, da CF/1988.

3.5. A jornada de plantão será de até «HORAS_MENSAIS» («EXTENSO_HM»), horas mensais, permitida a compensação, no interesse da Administração, desde que observada a jornada de trabalho mensal estipulada nesta cláusula.

3.5.1. O (A) CONTRATADO (A) que labora em escala de trabalho de 12hX36h, não fará jus à folga compensatória.

CLÁUSULA QUARTA - DA REMUNERAÇÃO DO (A) CONTRATADO (A)

4.1. A remuneração devida em decorrência da execução deste contrato é de «SALARIO» («EXTENSO_SAL») mensais, já incluído o Adicional de Insalubridade.

§ 1º O valor global do presente Contrato é de «SALARIO_TOTAL» («EXTENSO_SALT»), já incluídos os encargos previdenciários e fiscais a cargo do CONTRATADO (A).

§ 2º Os valores inicialmente contratados, a princípio, não serão objeto de reajuste ou correção.

§ 3º A eventual alteração na remuneração referida no item 4.1, deve ser consubstanciada através de Termo Aditivo.

§ 4º O candidato possui os seguintes dados bancários:

BANCO: «BANCO» AGÊNCIA: «AGENCIA»
CONTA: «CC»

CLÁUSULA QUINTA - DO PRAZO

5.1. O prazo de vigência deste contrato será de(.....), com início em «DT_ADMISSAO», e poderá ser prorrogado por uma única vez, por igual período, por meio de Termo Aditivo específico, observado o prazo máximo estabelecido pela Lei Municipal nº 11.175/2019.

CLÁUSULA SEXTA - DAS ATRIBUIÇÕES

6.1. O(A) CONTRATADO(A) desempenhará as atividades, correspondentes à sua categoria profissional/especialidade, submetendo-se às condições e normas gerais de trabalho ditadas pelo CONTRATANTE, em conformidade com as leis vigentes e em horário que lhe for fixado.

Parágrafo único. As atividades do profissional a serem exercidas importam na execução da função de: «FUNCAO».

CLÁUSULA SÉTIMA - DOS DIREITOS DO(A) CONTRATADO(A)

7.1. Além da remuneração a que se refere a Cláusula Quarta, são direitos do(a) CONTRATADO(A):

7.1.1. A gratificação natalina, que será paga em parcela única no mês de dezembro do exercício vigente, OU na ocasião do distrato do contrato (proporcional ao período trabalhado).

7.1.2. As férias anuais remuneradas, com um terço a mais do que o salário normal, a ser concedida após o término de cada período de 12 (doze) meses, a contar da data de assinatura do contrato, na seguinte proporção:

- a) 30 (trinta) dias corridos, quando não houver faltado ao serviço mais de 5 (cinco) vezes;
- b) 24 (vinte e quatro) dias corridos, quando houver tido de 6 (seis) a 14 (quatorze) faltas;
- c) 18 (dezoito) dias corridos, quando houver tido de 15 (quinze) a 23 (vinte e três) faltas;
- d) 12 (doze) dias corridos, quando houver tido de 24 (vinte e quatro) a 32 (trinta e duas) faltas.

7.1.3. O pagamento de adicional noturno, conforme apurado pela Administração, diante da escala de trabalho e do registro de ponto do contratado do (a) CONTRATADO (A), o que se dará em consonância com a legislação vigente.

7.1.4. A licença maternidade, pelo período de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos.

7.1.5. A licença paternidade, pelo prazo de cinco dias úteis consecutivos, contados do evento.

7.2. O CONTRATADO (A) ainda faz jus às seguintes concessões, podendo ausentar-se do serviço:

7.2.1. por 1 (um) dia:

- a) para doação de sangue;
- b) para atender convocação judicial, podendo o prazo ser ampliado, desde que a necessidade seja atestada pela autoridade convocante;
- c) para alistar-se como eleitor;

7.2.2. por 2 (dois) dias, em razão de falecimento de irmão;

7.2.3. por 7 (sete) dias consecutivos, em razão de:

- a) casamento;
- b) falecimento do cônjuge, companheiro, pais ou filhos.

Parágrafo único. O afastamento/ausência ao serviço, quando não justificados e/ou não autorizados pela Gerência imediata, em nenhuma hipótese será indenizado/remunerado.

CLÁUSULA OITAVA - DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA

8.1. O pessoal CONTRATADO (A) será segurado do Regime Geral de Previdência Social, conforme o disposto no art. 8º, da Lei Municipal nº 11.175/2019.

Parágrafo único. Sobre os valores devidos ao pessoal CONTRATADO (A) incide o desconto previdenciário, nos termos da Lei Federal nº 8213/1991 e do Decreto Federal nº 3.048/1999.

CLÁUSULA NONA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1. As despesas resultantes do presente contrato correrão à conta das dotações orçamentárias nº - f.....

Parágrafo único: Caso ocorra alteração da Dotação Orçamentária, a mesma será automaticamente alterada pela dotação correspondente na Lei Orçamentária atual.

CLÁUSULA DÉCIMA - DOS DEVERES E PROIBIÇÕES

10.1. Aplicam-se ao contrato ora celebrado as normas jurídicas que regem a presente modalidade contratual no âmbito da Administração Pública Municipal e os deveres e as proibições dispostos nos artigos 183 e 184 da Lei Municipal nº 7.169/1996.

10.2. São deveres do servidor:

- 10.2.1. Observar as leis e os regulamentos;
- 10.2.2. Manter assiduidade e pontualidade ao serviço;
- 10.2.3. Trajar o uniforme e usar equipamento de proteção e segurança, quando exigidos;
- 10.2.4. Desempenhar com zelo e presteza as atribuições do cargo ou função, bem como:

- a) participar de atividades de aperfeiçoamento ou especialização;
- b) discutir questões relacionadas às condições de trabalho e às finalidades da administração pública;
- c) sugerir providências tendentes à melhoria do serviço;

10.2.5. Cumprir fielmente as ordens superiores, salvo se manifestamente ilegais;

- 10.2.6. Guardar sigilo sobre assunto da repartição;
- 10.2.7. Zelar pela economia do material sob sua guarda ou utilização e pela conservação do patrimônio público;
- 10.2.8. Atender com presteza e satisfatoriamente:

- a) ao público em geral, prestando as informações requeridas, exceto as protegidas por sigilo;
- b) à expedição de certidões requeridas para defesa de direito ou esclarecimento de situações de interesse pessoal;
- c) às requisições para a defesa da Fazenda Pública, bem como às solicitações da Corregedoria Geral e da Procuradoria Geral do Município;

10.2.9. Tratar a todos com urbanidade;

10.2.10. Manter conduta compatível com a moralidade administrativa;

- 10.2.11. Levar ao conhecimento da autoridade superior as irregularidades ou as ilegalidades de que tiver conhecimento em razão do cargo ou função;
- 10.2.12. Representar contra abuso de poder;
- 10.2.13. Ser leal às instituições a que servir.

10.3. É proibido ao servidor:

- 10.3.1. Ausentar-se do serviço durante o expediente, sem prévia autorização da chefia imediata;
- 10.3.2. Retirar, sem prévia permissão da autoridade competente, qualquer documento ou objeto da repartição;
- 10.3.3. Exercer, durante o horário de trabalho, atividade a ele estranha, negligenciando o serviço e prejudicando o seu bom desempenho;
- 10.3.4. Deixar de comparecer ao serviço sem causa justificada perante a chefia imediata;
- 10.3.5. Cometer a outro servidor atribuições estranhas ao cargo que ocupa, exceto em situações de emergência e transitórias;
- 10.3.6. Cometer a pessoa estranha à repartição, fora dos casos previstos em lei, o desempenho de atribuição que seja de responsabilidade sua ou de subordinado;
- 10.3.7. Recusar fé a documento público;
- 10.3.8. Opor resistência injustificada ao andamento de documento e processo ou a execução de serviço;
- 10.3.9. Ofender a dignidade ou o decoro de colega ou particular ou prostrar tais ofensas;
- 10.3.10. Utilizar pessoal ou recursos materiais da repartição em serviços ou atividades particulares;
- 10.3.11. Praticar ato contra expressa disposição de lei ou deixar de praticá-lo, em descumprimento de dever funcional, em benefício próprio ou alheio;
- 10.3.12. Deixar de observar a lei, em prejuízo alheio ou da administração pública;
- 10.3.13. Manter sob sua chefia imediata, em cargo ou função de confiança, cônjuge, companheiro ou parente, por consanguinidade ou afinidade até o segundo grau;
- 10.3.14. Valer-se do cargo para lograr proveito pessoal ou de outrem, em detrimento da dignidade da função pública;
- 10.3.15. Fazer contratos com o Poder Público, por si ou como representante de outrem;
- 10.3.16. Exercer, mesmo fora das horas de trabalho, emprego ou função em empresas, estabelecimentos ou instituições que tenham relações com o Poder Público, em matéria que se relacione com a seção em que estiver lotado;
- 10.3.17. Atuar, como procurador ou intermediário, junto a repartição pública, salvo quando se tratar de benefícios previdenciários ou assistenciais de parentes até o segundo grau, de cônjuge ou companheiro;
- 10.3.18. Receber propina, comissão, presente ou vantagem de qualquer espécie, em razão de suas atribuições;
- 10.3.19. Praticar a usura em qualquer de suas formas;
- 10.3.20. Proceder de forma desidiosa.

§ 1º As infrações disciplinares atribuídas ao contratado serão apuradas mediante sindicância a ser concluída no prazo de 30 (trinta) dias, assegurada a ampla defesa, sem prejuízo de responsabilização civil e criminal.

§ 2º A inobservância do disposto nos itens 10.2. e 10.3. será considerada infração disciplinar a ser apurada nos termos do parágrafo anterior.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO

11.1. O contrato poderá ser rescindido, à teor do art. 11º da Lei 11.175/19, nas seguintes hipóteses, sem direito a indenização:

- 11.1.1. Pelo término do prazo contratual;
- 11.1.2. Por iniciativa de qualquer das partes, mediante comunicação prévia de 30 (trinta) dias, por iniciativa do contratante ou contratado;
- 11.1.3. Pela extinção da causa transitória justificadora da contratação, mediante comunicação prévia de 30 (trinta) dias, por iniciativa do contratante ou contratado;
- 11.1.4. Em virtude de caso fortuito ou força maior;
- 11.1.5. Por infração disciplinar do contratado, a ser apurada nos termos dos artigos 11 e 12, da Lei Municipal nº 11.175/2019.
- 11.2. A rescisão contratual também se efetivará caso o (a) CONTRATADO (A):
- 11.2.1. For nomeado ou designado, ainda que a título precário ou em substituição, para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança.
- 11.2.2. For novamente contratado, em inobservância à Lei Municipal nº 11.175/2019.
- 11.2.3. Atribuir a pessoa estranha à Administração Pública ou a outro servidor, o desempenho de função/atribuição que seja de sua responsabilidade.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA ORDEM DE SERVIÇO

12.1. O profissional identificado no preâmbulo do presente contrato fica AUTORIZADO a iniciar a sua prestação de serviços no Setor de «LOCAL_DE_TRABALHO» do HOSPITAL METROPOLITANO ODILON BEHRENS, conforme Cláusula Quinta, a contar da data de «DT_ADMISSAO», data esta considerada como marco de referência inicial para a duração deste Contrato, para todos os efeitos jurídicos-legais.

12.2. Fica determinado que a disponibilidade do contratado será de até «HORAS_MENSAIS» horas mensais, devendo perceber a remuneração básica de «SALARIO» mensais já acrescida de Adicional de Insalubridade pela respectiva prestação de serviços, que se dará em regime de:

- () Plantão Diurno
- () Plantão Noturno
- () Plantão Diurno/Noturno
- () Horizontal

- () Rodízio
- () Atendimento Ambulatorial
- () Atendimento em Urgência
- () Internação

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO:

13.1. As partes elegem o Foro da Comarca de Belo Horizonte com a renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir eventuais divergências decorrentes das obrigações e compromissos assumidos pelos mesmos neste contrato.

E, por estarem justas e contratadas, assinam as partes o presente instrumento, em duas vias de igual teor e forma para um só efeito de direito.

Belo Horizonte,30 de outubro de 2020

«NOME»
CPF: «CPF»

RESPONSÁVEL PELA EFETIVAÇÃO DO CONTRATO

SERVIÇO DE PROCESSAMENTO DA FOLHA DE PAGAMENTO

DANILO BORGES MATIAS
SUPERINTENDENTE DO HOSPITAL METROPOLITANO ODILON BEHRENS

INTEGRA O PRESENTE CONTRATO O ANEXO I - DECLARAÇÃO DE ACÚMULO DE CARGO, EMPREGO OU FUNÇÃO PÚBLICA E DECLARAÇÃO RELATIVA AO ART. 42 DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO.

ANEXO - DECLARAÇÃO DE ACÚMULO DE CARGO, EMPREGO OU FUNÇÃO PÚBLICA

Eu, _____, brasileiro(a), _____ (estado civil), RG nº _____, órgão emissor _____, CPF nº _____, residente à Rua/Av. _____, nº _____, Complemento _____, Bairro _____, Cidade _____, Estado _____, DECLARO, para os devidos fins de direito e sob as penas da lei (art. 2º da Lei Federal nº 7.115/1983), e em conformidade com o art. 6º da Lei Municipal nº 11.175/2019, que:

() não ocupo cargo, emprego ou função pública junto à Administração Pública direta ou indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, de suas autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias, e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público. () ocupo outro cargo, emprego ou função pública junto ao órgão da esfera () Federal () Estadual () Municipal, havendo compatibilidade de horários com o contrato firmado com o HOSPITAL METROPOLITANO ODILON BEHRENS, conforme o art. 37, inciso XVI, da CF/1988. DECLARO ainda, sob as penas da lei (art. 2º da Lei Federal nº 7.115/1983), e em conformidade com o art. 42 da Lei orgânica do Município de Belo Horizonte, não possuir ligação por matrimônio ou parentesco, afim ou consanguíneo, até o segundo grau, ou por adoção com o Prefeito, o Vice-Prefeito, os Vereadores, os ocupantes de cargo em comissão ou função de confiança do Município de Belo Horizonte. DECLARO, ainda, que não sou servidor ou empregado público do Município de Belo Horizonte. Por ser verdade, firmo a presente declaração para que produza os efeitos legais, ciente de que a falsidade de seu conteúdo pode implicar na imputação de sanções civis, administrativas, bem como na sanção penal prevista no art. 299 do Código Penal.

Belo Horizonte, _____ de _____ de _____.

Assinatura

**CONTROLADORIA-GERAL
DO MUNICÍPIO**

INTIMAÇÃO

O Subcontrolador de Correição de Belo Horizonte, no uso de suas atribuições legais, em especial a que lhe confere o artigo 1º da Portaria CTGM nº 020/2018,

INTIMA PARA O(S) SEGUINTE(S) ATO(S):

PROCESSO Nº: 08-000.206-18-62
AGENTE PÚBLICO: IDIEL ANTONIO DA CRUZ - BM: 71.804-5
PROCURADOR(A): AIRTON EDILSON FERREIRA - OAB/MG 48.839
OITIVA(S) DA(S) TESTEMUNHA(S): na(s) seguinte(s) data(s) e horário(s):
EDELmira VICTORIA CAMPOS FARIA - 10/11/2020 - 09:00 horas.
Depoimento(s) a ser(em) realizado(s) por videoconferência, através da plataforma Google Meet, nos termos da Portaria CTGM nº 018/2020.
O link para acesso à audiência será enviado para o e-mail disponibilizado pelo procurador.

PROCESSO Nº: 08-000.199-18-07
AGENTE PÚBLICO: BRUNO MANOEL DE ASSIS AZEVEDO CADETE - BM: 81.188-6
PROCURADOR(A): FREDERICO ALEXANDRE GOMES DE FRANCO - OAB/MG: 99.168
TOMAR CIÊNCIA do(s) documento(s)/despacho(s), em 05 (cinco) dias.

PROCESSO Nº: 08-000.246-19-68
AGENTE PÚBLICO: PEDRO HENRIQUE ALVES AUAREK - BM 113.228-6
PROCURADORES: EDUARDO DE ALBUQUERQUE FRANCO - OAB/MG: 84.709
RENATO CAMPOS GALUPPO - OAB/MG: 90.819
RODOLFO VIANA PEREIRA - OAB/MG: 73.180
TOMAR CIÊNCIA do(s) documento(s)/despacho(s), em 05 (cinco) dias.

PROCESSO Nº: 08-000.039-20-47
AGENTE PÚBLICO: TIAGO ANTÔNIO DOS SANTOS - BM: 89.979-1
PROCURADOR(A): MARCELE FERNANDES DIAS - OAB/MG: 80.540 e
PAULO CHRISTIAN LEÃO RIBEIRO - OAB/MG: 191.942
TOMAR CIÊNCIA do(s) documento(s)/despacho(s) juntado(s) à(s) folha(s) 125, em 05 (cinco) dias.

Belo Horizonte, 30 de outubro de 2020

Daniel Martins e Avelar
Subcontrolador de Correição

Poder Legislativo

RESUMO DA ATA DA 70ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE, REALIZADA EM 6/10/20.

PRESIDENTES: vereadora Nely Aquino e vereador Gabriel. SECRETÁRIO: vereador Catatau do Povo. PROPOSIÇÃO APRECIADA: EM TURNO ÚNICO: Projeto de Lei nº 673/18 - "Veto total à Proposição de Lei nº 42/20, que 'Altera as leis nºs 6.705/94, que 'Dispõe sobre a Função Pública de Conselheiro Tutelar do Município de Belo Horizonte' e 8.502/03, que 'Dispõe sobre a política municipal de atendimento dos direitos da criança e do adolescente e dá outras providências'. Autoria: vereador Edmar Branco. Mantido o veto. OCORRÊNCIA: reunião encerrada por falta de quórum. REDATORAS DA ATA: Andreza Pereira e Melanny Castro.

Nely Aquino
Presidente

RESUMO DA ATA DA 71ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE, REALIZADA EM 7/10/20.

PRESIDENTES: vereadora Nely Aquino e vereador Gabriel. SECRETÁRIOS: vereadores Jair Di Gregório e Catatau do Povo. PROPOSIÇÃO APRECIADA: EM TURNO ÚNICO - VETO TOTAL: Projeto de Lei nº 683/18 - "Veto total à Proposição de Lei nº 48/20, que 'Dispõe sobre o direito da mulher atendida na rede pública municipal de saúde ao exame genético que detecta a trombofilia e ao respectivo tratamento". Autoria: vereador Irlan Melo. Mantido o veto. OCORRÊNCIA: reunião encerrada por haver proposição sobrestante não apreciada. REDATORES DA ATA: Amarildo de Vieira Miranda e Alexandre Ferreira Braz.

Nely Aquino
Presidente

RESUMO DA ATA DA 72ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE, REALIZADA EM 8/10/20.

PRESIDENTES: vereadora Nely Aquino e vereador Gabriel. SECRETÁRIOS: vereadores Gabriel e Wesley Autoescola. OCORRÊNCIA: reunião encerrada por haver proposições sobrestantes não apreciadas. REDATORES DA ATA: Alexandre Braz e Vitor Martins

Nely Aquino
Presidente

RESUMO DA ATA DA 73ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE, REALIZADA EM 9/10/20.

PRESIDENTE: vereadora Nely Aquino. SECRETÁRIO: vereador Catatau do Povo. OCORRÊNCIA: reunião encerrada por haver proposições prioritárias não apreciadas. REDATOR E REDATORA DA ATA: Abílio Fernandes e Melanny Castro.

Nely Aquino
Presidente

RESUMO DA ATA DA 74ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE, REALIZADA EM 13/10/20.

PRESIDENTES: vereadora Nely Aquino e vereador Gabriel. SECRETÁRIOS: vereadores Catatau do Povo e Gabriel. PROPOSIÇÕES APRECIADAS: EM TURNO ÚNICO - VETO TOTAL: 1) Projeto de Lei nº 968/20 - "Veto total à Proposição de Lei nº 47/20, que 'Altera a Lei nº 8.616/03, que contém o Código de Posturas do Município de Belo Horizonte'. Autoria: vereador Léo Burguês de Castro. Mantido o veto. 2) Projeto de Lei nº 89/17 - "Veto total à Proposição de Lei nº 29/20, que 'Cria o Programa Primeira Consulta e dá outras providências'. Autoria: vereador Catatau do Povo. Mantido o veto. 3) Projeto de Lei nº 986/20 - "Veto total à Proposição de Lei nº 52 de 2020, que 'Dá o nome de Jurani Maria de Souza à Rua 1, no Bairro Maria Teresa'. Autoria: vereador Irlan Melo. Mantido o veto. EM PRIMEIRO TURNO: 4) Projeto de Lei nº 836/19 - "Institui no âmbito do município de Belo Horizonte o projeto Adote um Complexo Esportivo, Quadra e Campo de Futebol, e dá outras providências". Aprovado o projeto. 5) Projeto de Lei nº 845/19 - "Altera a Lei nº 8.616/03 e dá outras providências". Autoria: vereadores Bim da Ambulância, Léo Burguês de Castro e Professor Juliano Lopes. Aprovado o projeto. EM SEGUNDO TURNO: 6) Projeto de Lei nº 55/17 - "Dispõe sobre a gratuidade do transporte público para pacientes em tratamento de câncer, seus acompanhantes e dá outras providências". Autoria: vereadora Marilda Portela. Aprovado o projeto. EM PRIMEIRO TURNO: 7) Projeto de Lei nº 1.013/20 - "Institui o Programa de Certificação de Crédito Verde". Autoria: vereador Gabriel. Aprovado o projeto. REDATORES DA ATA: Alexandre Braz e Vitor Martins

Nely Aquino
Presidente

EXTRATO DE CONTRATO (PUBLIC- 103/2020)

CONTRATADA: ELO ADMINISTRAÇÃO & TERCEIRIZAÇÃO EIRELI. — CNPJ: 08.312.139/0001-82 — OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de fisioterapia, por meio de alocação de mão de obra exclusiva. — FUNDAMENTO: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 28/2020 e observados os preceitos das Leis Federais nº 10.520/2002 e 8.666/1993. — PREÇO: Por esse contrato 031/2020 a CMBH pagará à CONTRATADA o valor total estimado de R\$ 109.699,02 (cento e nove mil, seiscentos e noventa e nove reais e dois centavos). — PRAZO: Este contrato vigorará por 12 (doze) meses a partir da data de sua assinatura. — DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 01.01.01.031.001.2001.339034-03 - 01.01.01.031.001.2001.339034-03 - Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização - Outras Despesas de Pessoal - Contratos Administrativos.

Belo Horizonte, 02 de novembro de 2020

Nely Aquino
Presidente